

# 2013: A OPORTUNIDADE PERDIDA

2013: MISSED OPPORTUNITIES

**Rudá Ricci**

Rudá Guedes Moisés Salerno Ricci é cientista social, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e formado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É presidente do Instituto Cultiva, em Minas Gerais, e autor de vários livros, sendo os mais recentes: *Fascismo brasileiro: e o Brasil que gerou seu ovo da serpente* e *Nas ruas: 2013 – 10 anos depois*.

## RESUMO

Este artigo trata da oportunidade que o Brasil desperdiçou por não ter compreendido que as mobilizações de 2013 apresentavam o modelo de ação social do século XXI. A reação acadêmica e política majoritária fincou pé na defesa do padrão do século XX, que se apoiava em convocações por organizações de massas altamente centralizadas, pautas unificadas, interlocução com o campo institucional (governos e parlamentos). Por não termos compreendido a inovação (pautas plurais e fragmentadas, mobilizações provisórias, ausência de comando central, motivação emocional), não conseguimos superar a crise da representação política nacional que revela debilidades agudas desde os anos 1980.

**PALAVRAS-CHAVE:** mobilização social; crise de representação política; polifonia social.

## ABSTRACT

This article analyzes the opportunities that Brazil wasted because it did not understand that the 2013 mobilizations presented the model of social action for the 21st century. The majority academic and political reaction was based on the 20th century pattern, which had as a reference the calls by highly centralized mass organizations, agendas unified, dialogue with the institutional field (governments and parliaments). Because we did not understand the innovation (plural and fragmented agendas, provisional mobilizations, absence of central command, motivation emotional), we have not been able to overcome the crisis of national political representation that reveals weaknesses since the 1980s.

**KEYWORDS:** social mobilization; crisis of political representation; social polyphony.



Alguns acontecimentos sociais parecem estreitar a distância entre passado e futuro. Estabelecem uma ponte entre expectativas históricas. Pela potência com que se apresentam, parecem romper, quando na verdade constroem pontes.

Muitos desses acontecimentos não desabrocham totalmente, mas lançam sinais para o futuro. Outras vezes, apresentam-se como enigmas de difícil compreensão, principalmente os marcados por forte comoção social.

Na história recente do país, a Campanha das Diretas em meados dos anos 1980 se revestiu dessa natureza. A campanha não redundou no seu objetivo imediato, mas mobilizou o país na afirmação da democracia desejada. E descortinou o futuro que viria logo mais, a começar pelo desenho do pacto democrático que levou à Nova República e à Constituição de 1988.

As mobilizações de 2013 foram mais radicais porque não apontaram nitidamente negociações e mudanças no campo institucional. Ao contrário, afirmaram a centralidade política da sociedade civil na construção do projeto democrático do Brasil. A resposta desproporcional do campo institucional à radicalidade dos protestos juninos de 2013 fez da lógica política brasileira desde então algo manco, desequilibrado, porque estabeleceu uma ruptura do campo político formal com a dinâmica política da sociedade civil brasileira. Dado o grau de agressividade da resposta institucional, a energia transformadora de 2013 se dispersou em diversas formas de expressão política, adotando inúmeros tons de radicalidade. Enfim, um país que não se encontra desde então.

Em livro recente, Marcos Nobre (2022) sugeriu que a esquerda perdeu uma enorme chance de se reconstruir e atualizar porque desconsiderou a novidade que as manifestações de 2013 trouxeram. Nada que não possa ser recuperado se formos cirúrgicos em nossas análises sobre as mudanças sociais em curso. Se formos sinceros e valorizarmos o espírito crítico.

Procurarei alinhar algumas características inusitadas das mobilizações de 2013 e os impasses teóricos das Ciências Sociais para abordar e analisar eventos dessa natureza, distintos das mobilizações sociais ocorridas no século XX, considerado o “século das multidões”.

### “Enxameamentos” efêmeros

Byun-Chul Han, filósofo sul-coreano que reside na Alemanha, explorou recentemente o conceito de “enxameamento” (HAN, 2018). Sua interpretação é que esse novo conceito sugere algo muito distinto das multidões ou massas urbanas porque se baseiam na atomização, na ação individual.

A forma das mobilizações é similar às das ações massivas. Contudo, manifestam interesses e intenções atomizados. Em suma: a forma que as mobilizações do século XXI adotam é massiva, mas seus conteúdos são polifônicos.



A analogia com os enxames de abelha facilita a compreensão da forma e da provisoriedade das mobilizações, mas não retrata a complexidade das mobilizações urbanas deste século. Os enxames se relacionam com o movimento conjunto, porém as coincidências param por aí. Ao contrário das comunidades de abelhas, os enxames sociais do século XXI não se pautam pela eussociedade em que os indivíduos de uma colmeia compõem uma divisão de tarefas marcadas por profundo altruísmo, a ponto de sacrificarem sua vida e reprodução pela comunidade.

O impulso gregário que se verifica nos enxameamentos humanos parece estabelecer uma estética que confere força, mas não exatamente uma lógica política inserida na dinâmica social institucionalizada. Algo como um teatro ensaiado que finda no último ato apresentado. Uma peça teatral que pode promover sua reprodução em outras localidades, como em contágio, mas que sua potência novamente se esgota ao final do ato coletivo. Não avança sobre a vida social e, principalmente, política. Os enxames formam instalações públicas, atos estéticos que se diferenciam do restante da paisagem urbana e da vida cotidiana.

Han (2018) sugere que o enxameamento se caracteriza pela relação espectral de fantasmas que povoam as redes sociais. As relações virtuais criam expectativas sobre o outro que muitas vezes se encobre na figura do avatar. Na relação entre espectros, não haveria uma construção racional, uma vivência refletiva, uma construção cumulativa, mas apenas a comoção do momento e uma decisão instantânea que contagia em escala. Sem reflexão que motiva a ação coletiva, a pulsão se esvai e se sacia na própria demonstração de força alimentada pelo ressentimento, pela frustração, pela negação da vida institucionalizada. Tudo é quantitativo, afirma Han (2018), e se viraliza pela emoção e pelo impacto causado pela postagem. O que importa é o número de seguidores, de pessoas impactadas no efeito dominó.

Assim, o enxame opera sobre uma promessa de ruptura: o que ficará é o indivíduo ou, quando muito, o grupo original que disseminou a postagem viralizada. São as relações afetivas ou a angústia individual, atomizada, que estabelecem a continuidade entre antes e depois do evento-enxame. O enxameamento em si não estabelece vínculos entre passado e futuro, apenas se apresenta como um evento potente, ameaçador, mas estéril. Ainda citando Han (2018), o autor sugere que os enxames não têm voz, apenas barulho que não se materializa em um discurso inteligível. Não geram aderência, não se constituem em sujeitos coletivos. Não possuem energia política – voltada à pólis –, não geram aprendizados.

Num ambiente tão carregado de emoções, o enxameamento propicia discursos inflamados e contraditórios em seu interior. *Haters* procuram disseminar o ódio antes do evento-enxame, mas também na disputa da interpretação do que ocorreu, fazendo da comoção e do ressentimento o fio condutor que não explica racionalmente, mas alimenta a potência da demonstração ocorrida há pouco. Nessa trilha emocional, *trolls* proliferam cancelando e atacam qualquer reflexão ou personagem que questiona os enxames ou mesmo procura dar sentido à polifonia.

A transformação da funcionalidade dos espaços públicos tomados pelos enxames por algumas horas é mais uma das características dessas mobilizações sociais do século XXI e foi uma das marcas das manifestações de 2013. Ruas são transformadas em palcos onde se multiplicam performances e instalações. Ao contrário das manifestações do século passado, as trilhas urbanas não são mais caminhos de ligação porque a sua ocupação pelos enxames muda seu significado. A mutação de significado dos espaços públicos ficou mais nítida com a experiência do Occupy, iniciada em 2011 no norte da África e que se espalhou para Espanha, Grécia, Rússia, Inglaterra, Chile e teve nos Estados Unidos seu maior emblema.<sup>1</sup> Nessas manifestações formatadas pelos enxames humanos, praças eram ocupadas e se transformavam em acampamentos que ganhavam vida própria, organizadas em grupos de trabalho e até mesmo adotando moedas comunitárias. Houve outras experiências similares a essas, que precederam 2013 no Brasil, como “A Ilha”, instalações lideradas por anarquistas e autonomistas no interior de rotatórias onde eram armadas cadeiras de praia e guarda-sol no seu interior para acolher um aparentemente pacato manifestante que lia sua revista em meio ao trânsito nervoso que o cercava. Assim como aquele minúsculo espaço no interior da rotatória tinha seu significado alterado pela mera ocupação humana, a “Praia da Estação” transformou uma imensa praça do centro de Belo Horizonte (a Praça da Estação), em Minas Gerais, numa instalação de jovens que dispunham suas toalhas no chão e passavam a tomar seu banho de sol na praia improvisada e improvável tendo num carro-pipa contratado o elemento cênico que contribuía para gerar a comicidade do inusitado e absurdo: dezenas de jovens eram servidos por uma chuva artificial enquanto transeuntes mal compreendiam o que ocorria.

Os enxames criam a resignificação dos espaços públicos como se anunciassem que, por serem públicos, não podem ter um único significado ou funcionalidade. Assim, trata-se de um discurso de disputa de espaços e de demonstração de um poder que desde o início se apresenta como efêmero, dado que logo mais as rotatórias e praças retomarão sua funcionalidade original.

A provisoriade dos enxameamentos é desconcertante para quem estabeleceu a experiência da cidadania com base em um campo institucional estável, marcado por regras e etiquetas de convivência social.

A estética dos enxames é tão inusitada que há dificuldade para que sua lógica e sua intenção sejam compreendidas como defensivas ou ofensivas, reativas ou proativas. Afinal, seus códigos de comunicação não são unitários ou unificadores (LASNEAUX, 2021).

Pela natureza contrarracional dos enxameamentos humanos, Han (2018) sugere que se fundam num discurso distópico, configurando um sintoma de enlouquecimento ou de distúrbio social. Contudo, os mecanismos de autorregulação que criam – como a organização em blocos

<sup>1</sup> Somente em 15 outubro de 2011 foram registradas 400 convocatórias para protestos juvenis envolvendo 45 países, tendo a Espanha como epicentro. Ver: Os “indignados” espanhóis esperam uma mobilização mundial”, *Exame*, [s. l.], 7 out. 2011. Disponível em: <https://exame.com/mundo/os-indignados-espanhois-esperam-uma-mobilizacao-mundial/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

durante várias manifestações ocorridas em 2013 ou a criação de grupos de trabalho durante a ocupação de praças e espaços públicos – complexifica a interpretação desse fenômeno social contemporâneo.

É possível afirmar que tais manifestações são desprovidas de altruísmo, de empatia societal. Fecham-se em um discurso e uma lógica comunitários, de identidades afetivas. Não se projetam no mundo social, não dialogam com o campo institucional e sugerem que cada indivíduo é responsável por sua participação no evento-exame: sem líderes, sem discursos únicos, sem bandeiras e palavras de ordem unificadoras.

O enxameamento, enfim, não é uma promessa.

### Horizontalidade e anti-institucionalismo

O anti-institucionalismo é uma marca das mobilizações sociais urbanas da segunda metade do século XX. Há registros e análises em profusão da crítica gradativamente mais ácida à democracia representativa e ao ressentimento generalizado. Richard Sennett escreveu um livro seminal a respeito do ressentimento como base da atomização, do individualismo e da propensão à aceitação popular do líder demagogo, que se diz igual, mesmo tendo muito mais poder que o cidadão comum. *O declínio do homem público* (SENNETT, 1977) não poderia ser um título mais adequado ao livro em que o autor retrata e analisa essa busca do comum e do igualitarismo radical do cidadão da virada do século XX para o XXI.

No Brasil, a desigualdade social e a injustiça histórica acalentaram uma profusão de movimentos sociais que foram se apresentando ao longo dos anos 1980, na esteira da reconstrução democrática do país. Todos, sem exceção, se fundaram na noção de diferença de oportunidades e condições de vida para com os poderosos e na desconfiança em relação às instituições nacionais que teriam sido forjadas e tomadas pelos donos do poder.

O anti-institucionalismo foi problematizado por Ana Maria Doimo (1995) em sua tese de doutoramento. A autora vislumbrava que a rejeição ao campo institucional debilitava os movimentos sociais na própria superação do que percebiam ser um campo contaminado. Os movimentos sociais não concebiam o campo institucional como espaço em disputa, mas como fonte de cooptação e desmobilização social.

O anti-institucionalismo, portanto, não é um ideário desconhecido por nós. Ele permeou diversas mobilizações e movimentos sociais brasileiros dos últimos 40 anos. Um ideário que se justifica pela profunda desigualdade social e pelo descaso ou lentidão das instituições em atender demandas populares. Com efeito, o Judiciário e o Ministério Público são povoados de homens brancos oriundos de famílias abastadas.

Porém, em 2013, o anti-institucionalismo ganhou uma nova roupagem porque fundou uma nova forma de prática coletiva. O reverso da estrutura hierárquica institucional e dos processos

de tomada de decisão opacos e elitistas ensejaram mudanças nas dinâmicas coletivas populares até então legitimadas pelos movimentos sociais e organizações populares do país. Em 2013, a horizontalidade passou a ser uma regra legitimadora.

Naquelas mobilizações de dez anos atrás, era dado consolidado das relações entre manifestantes a ausência de coordenação ou liderança que se destacava nas assembleias. Em algumas localidades, foram se definindo protocolos nas amplas reuniões de tomada de decisão. Diziam respeito a pautas, percurso das passeatas e organização de cada bloco que apresentava demandas específicas – como nunca negar de maneira ostensiva uma proposta apresentada por um manifestante para não coibi-lo, evitando símbolos corriqueiros como o do polegar para baixo ou a adoção de um moderador que ficava numa parte superior e outro que ficava no meio da assembleia, também munido de microfone para dar voz “aos mais tímidos”. A preocupação em levar ao extremo a individualidade – ou individuação, como denominam os anarquistas –, a autoria e o controle dos ímpetos da multidão em relação às opiniões de minorias era constante e evidente.

Em entrevistas para construir o cenário que analisei em um dos meus livros (RICCI; ARLEY, 2014), até mesmo os militantes jovens de organizações marxistas (trotskistas ou leninistas) que participaram dos protestos de 2013 revelavam um nítido curto-circuito entre suas convicções e práticas e as dos dirigentes mais velhos. A hipótese de uma cisão de natureza geracional sempre povoou as análises sobre 2013, mediada pelas novas tecnologias de comunicação e formação de opinião. A moral é mais fluida neste século XXI, o relativismo teórico é mais presente, a estética passou a se constituir como um discurso das inúmeras identidades grupais, a polifonia e o horizontalismo tornaram-se princípios de convivência.

A horizontalidade se expressava no assembleísmo para tomada de decisões e mesmo os grupos de trabalho que foram constituídos ao final das três semanas de protestos intensos naquele mês de junho, nunca adotaram a noção de representação. Era comum os manifestantes que participavam de debates públicos ou de grupos de trabalho delimitarem sua representação como “representantes de nós mesmos” e não de agrupamentos maiores ou dos múltiplos interesses que se expressavam nos protestos de rua.

O anti-institucionalismo radical se chocava com as instâncias burocráticas do Estado e da política nacional. Um caso insólito ocorreu em agosto de 2013. O Grupo de Trabalho (GT) Educação, criado pelos manifestantes ao final da jornada de junho de Belo Horizonte, foi convidado pela Secretaria Estadual de Educação para discutir o seu programa “Reinventando o Ensino Médio”, tema central das discussões do GT que ocorria naquele período, fartamente divulgadas pelo Facebook. Foram cinco representantes do GT que se reuniram com oito técnicos da Secretaria de Educação. Após longa discussão, foi acordada nova rodada de debates para 20 dias depois. Os membros do GT, contudo, alertaram para a possibilidade de outros componentes estarem presentes na reunião seguinte, já que, ressaltaram, não representavam ninguém. A

informação desconcertou os representantes do governo estadual. Um deles chegou a se alterar, dizendo que não era possível negociar com pessoas que não se diziam representantes e que variavam a cada reunião. A reunião seguinte nunca ocorreu.<sup>2</sup>

As contradições entre as estruturas horizontalizadas das manifestações de 2013 e os órgãos de gestão pública criam uma interdição para as negociações de projetos globais ou amplos direitos. A fragmentação de interesses se choca com a universalização dos direitos. Um impasse que desde então não foi superado.

### Baixo impacto organizativo

Possivelmente, a única experiência mundial marcada por essas características das mobilizações de tipo enxameamento deste século que gerou saldo organizativo mais perene foi a espanhola. Os “indignados” criaram tal identidade política que abalaram as estruturas formais da democracia espanhola.

Em 13 de março de 2004, a Espanha se deparou com milhões de manifestantes convocados por mensagens disseminadas pelas redes sociais. A mobilização ficou conhecida como a “noite dos telefones celulares”. Alguns estudiosos espanhóis intuíaam a iminência da onda do que denominavam de “ciberturbas”. Os protestos juvenis espanhóis avançaram na crítica ao sistema partidário, denunciando-o como “*dictadura partitocrática de los grandes poderes económicos y financieros*” (RICCI, 2023, p. 5), numa nítida alusão aos partidos hegemônicos do país, o Partido Popular (PP) e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).

As convocatórias tinham como ponto central o *website* do Democracia Real Ya, que acolhia fóruns abertos para os quais os participantes enviavam propostas amplamente disseminadas, além de votarem as palavras de ordem e os cartazes que eram exibidos nos protestos de rua.

As manifestações convergiram para a ocupação da Praça Puerta del Sol, ato que se espalhou pela Espanha, como na ocupação da Praça da Catalunha, em Barcelona, e em mais de cem cidades espanholas. Rapidamente foram levantados acampamentos ao estilo Occupy, que promoviam debates e manifestações, organizadas por múltiplas comissões responsáveis por alimentação, água, instalações sanitárias, instalação de redes *wi-fi* etc. Nenhuma estrutura se apresentava ou era reconhecida como liderança, e a frase que se transformaria em lugar-comum das manifestações e mobilizações em rede começou a se popularizar: todos representavam a si mesmos e todas as decisões deveriam ser tomadas em assembleia, realizadas no final de cada dia.

<sup>2</sup> Conforme relato de Renata Campos de Miranda Bragança, professora da rede estadual de ensino de Minas Gerais e membro do GT Educação da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (instância criada ao longo dos protestos de junho), em 23 de outubro de 2013, durante o 6º Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), em Belo Horizonte (MG).

A mobilização dos Indignados adotou um discurso nitidamente anticapitalista, como o *slogan* “isto não é uma crise, é o sistema”. Assim, a pauta dos Indignados foi mais ampla que a das manifestações brasileiras de 2013. Na Espanha, os manifestantes avançaram no pleito para a reforma das instituições políticas, sugerindo limite de mandatos para servidores eleitos e tetos salariais. Nas eleições municipais espanholas de 2007, o efeito político sobre o eleitorado já era visível: os votos brancos e nulos saltaram de 37% para 48%.

Contudo, cinco anos depois, em maio de 2012, um artigo de Lasse Thomassen e Marina Prentoulis (2013), publicado no *Open Democracy*, sugeria que o movimento de indignados estaria morto e que a Espanha estaria “de volta à gestão política tradicional de demandas e interesses” (tradução nossa). Os autores sustentavam seu diagnóstico com base no cenário das eleições gerais de novembro daquele ano. Destacavam que a agenda eleitoral havia retornado aos tradicionais temas de cortes e medidas de austeridade, pensões, impostos e empregos. Sugeriam que a população espanhola retornara à sua condição de espectadores passivos.

A despeito dessa percepção de retração da potência de transformação dos protestos, em 2014 era fundado o Podemos, o partido que prometia trazer o legado dos protestos espanhóis para dentro do palco da política brasileira. O novo partido participou, meses depois de fundado, das eleições europeias obtendo cinco cadeiras, com 7,98% dos votos, sendo a quarta candidatura mais votada na Espanha. O partido prometia colocar em prática o legado das manifestações dos “indignados”, adotando como título do manifesto de seu lançamento o *slogan* “*Mover ficha: convertir la indignación en cambio político*”.

Logo na partida, o Podemos parecia trilhar um caminho estranho às práticas políticas vigentes. Para sua oficialização, foram definidas algumas balizas: que obtivessem o apoio de pelo menos 50 mil pessoas, registrando-o no *website* criado para divulgação e formação do novo partido; que tanto as candidaturas como o programa político adotassem a marca da participação aberta; e que se buscasse a unidade com outros partidos e movimentos de esquerda, como Izquierda Unida, Candidatura de Unidade Popular (CUP), Partido X, Sindicato Andaluz de Trabajadores (SAT), La Nueva-Hermandad Nacionalista (Anova) ou as *mareas ciudadanas*.

Nesse início, várias forças políticas internas pareciam esboçar correntes, como a de manifestantes dos últimos anos, militantes oriundos da esquerda clássica espanhola, feministas e um agrupamento muito peculiar de professores universitários e consultores internacionais (que atuavam na América Latina). Dentre as lideranças universitárias, destacava-se Pablo Iglesias Turrión, que havia protagonizado uma roda de conversa sobre política denominada La Tuerka, alcançando milhares de visualizações nas redes sociais a ponto de se tornar um programa de uma rede de televisão espanhola. Pablo iniciou a militância aos 14 anos na Juventude Comunista e se formou em Ciências Políticas, obtendo licenciaturas e doutorados. De família declaradamente de esquerda, participou de movimentos antiglobalização e de resistência civil. Passou a estudar o fenômeno zapatista, escrever sobre cinema e política;

fundou associações como Juventude sem Futuro, Promotora do Pensamento Crítico, Associação Contra o Poder e se tornou especialista em comunicação política e personagem midiático. La Tuerka foi uma experimentação de professores e alunos de política na Universidade Complutense, de crítica política com base em um programa de entrevistas intimistas, cara a cara, muitas vezes tendo como convidados lideranças de direita da vida política espanhola, evitando confrontos ácidos ou deselegantes. A crítica espanhola passou a identificá-lo como um homem tranquilo com uma mensagem dura.

O que parecia uma novidade, lentamente se acomodou à lógica política dominante e, na prática, não alterou a distância do homem comum dos centros de decisão política da Espanha. Alterou políticas públicas, chacoalhou o equilíbrio de forças partidárias, mas não alterou, nem mesmo como lapso, a dinâmica política institucionalizada.

Nas outras experiências internacionais similares ao 2013 brasileiro, as mudanças institucionais foram ainda menores. Da Revolução das Panelas da Islândia (2008-2009) à Primavera Árabe (2010), o legado dos “enxameamentos” se dissipou no ar, mesmo deixando a lembrança das “ferroadas” que os enxames deixaram ao longo do corpo.

Há algo que interditou o movimento de renovação que se insinuava nas ruas para que saltasse ao campo institucional. Possivelmente, seu ideário anti-institucional. Muito provavelmente, a horizontalidade das relações internas que cimentavam a confiança mútua entre seus participantes. Mas a própria fragmentação estrutural das manifestações, sem pauta ou liderança unificada, projetava denúncias que não forjavam anúncios públicos. Nunca houve um projeto propriamente dito, um “jato para a frente” que indicasse um futuro distinto daquele que denunciavam. A cultura da negação poderia ser superficialmente identificada como uma característica juvenil, mas seria uma hipótese fácil e desqualificadora da novidade que os protestos carregavam.

A organização que esboçavam era lacunar (*structural holes*), denominada assim em vários estudos realizados no período, originalmente desenvolvido por Ronald Stuart Burt (1995) em suas pesquisas sobre as redes sociais. O conceito contrapõe a lógica até então dominante das estruturas sociais caracterizadas por aglomerados densos de conexões fortes, também conhecidas como redes fechadas (*network closure*).

Já as estruturas de organização lacunares não preenchem todos os espaços internos como as redes fechadas que possuem uma hierarquização funcional (cúpula, corpo administrativo ou de organização interna e militância de base). A comunicação interna é mais intensa porque necessita adotar expedientes de consulta permanente entre seus componentes, dado que não há delegações baseadas em representações ou divisões de tarefa nítidas.

Assim, a provisoriedade ganha centralidade porque as conexões internas criam pontes instáveis e momentâneas em que o disseminador (*hub*), que promove a intersecção e o diálogo entre agrupamentos afetivos, não permanece muito tempo nessa função. A legitimidade do

disseminador permanece enquanto duram a comoção e o interesse entre os diversos grupos que compõem essa organização lacunar. As organizações, profundamente fragmentadas e dispersas, promoveram a polifonia que desorienta qualquer estrutura organizacional mais perene e verticalizada. O historiador Peter Lamborn Wilson chegou a sugerir a configuração de zonas autônomas temporárias (TAZ, do inglês *temporary autonomous zone*), cujas características centrais seriam o não estabelecimento de lideranças fixas, mas de lideranças temporárias locais, lideranças descentralizadas e ausência de padronização do movimento. A pedra de toque da unidade provisória é a emoção. Por esse motivo que as apropriações dessas estruturas lacunares por forças de extrema direita sempre se basearam na forte comoção e na manipulação de algoritmos que identificavam interesses específicos que passavam a ser explorados por discursos metapolíticos.<sup>3</sup> A metapolítica é um expediente discursivo em que se induz alguém a pensar sobre a política com base em outros interesses desse interlocutor, como esportes, vestuário, videogames, arte, entre outros.

A dinâmica comunicativa e grupal descrita anteriormente dificulta sobremaneira a elaboração reflexiva e emocional e mesmo uma estrutura organizativa estável, dado o emocionalismo e impressionismo que a orienta. É exatamente esse obstáculo entre o mundo percebido e o emocionalismo e o mundo refletivo e a racionalidade que interdita a construção de pontes entre as mobilizações provisórias e o campo institucional. Justamente porque os códigos políticos de cada uma dessas duas dimensões são profundamente antagônicos. A distância entre os dois polos é compreendida pelo cidadão comum como interdição da representação: são mundos distintos, desconectados. E assim, percebidos como distintos, a manipulação política para sugerir que são inimigos fica facilitada.

A dicotomia entre o mundo institucional e as ruas foi explorada tanto à direita, como à esquerda nos últimos anos. O conceito de multidão explorado por Michael Hardt e Antonio Negri (2004) como um organismo vocacionado para o altruísmo, embora formado por múltiplas identidades, foi amplamente empregado por algumas lideranças das mobilizações de junho de 2013, em especial, no Rio de Janeiro e São Paulo. Em suas palavras:

---

<sup>3</sup> Ver: GIULIANO, Empoli. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. Belo Horizonte: Vestígio, 2019. Os algoritmos são apropriados pelo centro coordenador da ação política para identificarem grupos de indivíduos com interesses similares (esportes, acessórios femininos, literatura, entre outros). Por meio dessa apropriação, preparam e disparam mensagens que alimentam os grupos de interesse e, sutilmente, vinculam tal interesse a ideários ou ideologias, lideranças e celebridades, com o intuito de desqualificar ou valorizar uma corrente de pensamento. A linguagem subliminar permanece num campo subjetivo que motiva o grupo e facilita a baixa reflexão e o alto engajamento emocional, transformando grupos e conexões virtuais em “câmaras de eco” que reproduzem intensamente as mesmas informações e sugestões.

A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 12).

Para os autores, que estimularam diversos grupos autonomistas no Brasil, a diversidade potencializa a comunhão e gera uma força centrífuga. Paradoxalmente, eles sugerem que os inúmeros elementos que compõem uma multidão encontram uma forma de se articular, de se comunicar e colaborar, agindo em e no comum. Agem em comum porque são marcados por fluxos que se atravessam, proporcionando que singularidades se aproximem pela ação.

É perceptível que nessa leitura à esquerda, o campo institucional não se apresente como campo de disputa, mas de confronto com a dinâmica comunicativa das multidões.

Há, portanto, uma evidente separação entre a energia das multidões nas ruas e as instâncias políticas de decisão pública.

No caso da prática da extrema direita contemporânea, essa energia dos múltiplos agrupamentos em negação formam um caldo de cultura para o confronto com o *establishment*.

Portanto, à esquerda e à direita, emergiram teorias que interpretaram essa nova lógica lacunar como propícia à desestruturação do sistema representativo e todo campo institucional dominante da política moderna.

Ao contrário dos movimentos sociais dos anos 1980, no período da reconstrução da institucionalidade democrática do Brasil, em que os conflitos projetavam uma nova ordem política, as mobilizações de 2013 negavam a ordem e valorizavam a fragmentação, a diferença e a centralidade da atomização e da horizontalidade como o único meio legítimo de fazer política.

### A ascensão da extrema direita

Logo a partir de outubro de 2013, o governo federal empreendeu um cerco às lideranças das mobilizações de junho, sob liderança do Ministério da Justiça da presidenta Dilma Rousseff. Assim, uma campanha procurando relacionar os protestos de 2013 com a ascensão da extrema direita que se daria a partir de 2015 foi ganhando ares conclusivos.

A resistência maior veio de um campo militante do Partido dos Trabalhadores (PT). Não exatamente de uma leitura oficial sobre 2013. Mas, desde o início, a reação parecia muito próxima da construção de uma narrativa que lhe eximisse de qualquer culpa ou que interditasse uma reflexão mais apurada do que ocorreu durante o governo Dilma Rousseff. Algo que já havia acontecido algumas vezes no campo da esquerda brasileira para justificar amplas articulações políticas, como na aproximação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em relação ao governo



Getúlio Vargas. Os comunistas brasileiros necessitavam justificar sua postura conciliatória adotada na primeira metade do século XX e, para tanto, criaram a famosa tese da “Revolução de 30”, em que supostamente Getúlio Vargas seria o aríete de uma revolução profunda que retiraria o país de resquícios feudais para o mundo moderno capitalista. Eximia, assim, o PCB de qualquer erro por ter se forjado um amplo arco de alianças tendo como pano de fundo a sua tese do necessário etapismo para se atingir a revolução proletária.

Ironicamente, a tese etapista do PCB foi atacada por um conjunto de pesquisadores próximos ao PT, como no caso de Edgar Salvadori De Decca (1981), com seu livro *1930: o silêncio dos vencidos*. Afinal, o Brasil nunca vivenciou qualquer dinâmica feudal e nem alimentou resquícios de algo que nunca teve.

A partir de 2014, uma construção discursiva similar à da “Revolução de 30” foi se forjando tendo como argumento que o governo petista estaria certo, mas cercado por uma trama poderosa que aliava jovens manipulados por uma extrema direita camuflada. Essa tese enfrentava vários problemas concretos para ser verossímil, mas nada que a repetição não resolvesse.

Primeiro, o próprio PT apoiou as manifestações de 2013. Vários documentos públicos da Juventude Nacional do PT declararam apoio. Em diversas capitais do país, sindicatos vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) se alinharam às manifestações e chegaram a liderar comandos e preparações das passeatas que se sucederam.

Os Comitês da Copa, o centro do discurso e da elaboração contra as grandes obras de preparação da Copa das Confederações (2013) e da Copa Mundial de Futebol (2014), nasceram de seminários realizados sob a orientação de intelectuais de esquerda, vários deles petistas, como os seminários realizados nas universidades federais de São Paulo (USP) e do Rio de Janeiro (UFRJ).

Também não havia sentido em criar uma linha de evolução de eventos políticos que se iniciava em 2013 e desaguava na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Em 2014 não ocorreu nenhuma manifestação de rua liderada pela extrema direita, jovem ou adulta. Aliás, em 2013, os próprios líderes de articulações juvenis de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) ou o Vem pra Rua! confirmaram, em muitas entrevistas concedidas a pesquisadores sociais, que foram marginais nas manifestações. Vários informaram que ficavam na marquise do Museu de Arte de São Paulo (MASP) enquanto a multidão passava à sua frente, na Avenida Paulista.

É verdade que Rodrigo Constantino, Bernardo Santoro e Fábio Ostermann tiveram papel relevante na organização dessa rede ultraliberal juvenil desde as comunidades Orkut, a partir de 2004. Os dois primeiros reestruturaram o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, adotando um viés militante; e Ostermann, por sua vez, se dedicou à organização da militância ultraliberal com a criação do Instituto Ordem Livre e o Estudantes para a Liberdade. Mas também é verdade que a rede juvenil ultraliberal, libertariana (inspirada no ultraliberalismo individualista norte-



americano) só ganhou estrutura orgânica em 2014, não antes. Naquele ano, Paulo Batista, que se lançaria candidato a deputado estadual em São Paulo, passou a liderar uma rede descentralizada e capilarizada de grupos e organizações que abrangia todo o território nacional. Batista passou a produzir vídeos curtos como um super-herói ultraliberal que lançava raios “privatizadores” em cidades comunistas. Defendia um programa que transitava entre o liberalismo e o que denominavam de libertarianismo. Não venceu as eleições, mas conseguiu articular uma pequena legião de jovens fanáticos.<sup>4</sup>

Embora não eleito, a estrutura de campanha que Batista engendrou, logo em seguida, as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. A articulação criada ao redor de Batista se aproximou do Vem pra Rua!, que havia realizado três protestos contra a corrupção e o PT em outubro de 2014.

O que importa é registrar que o MBL e a extrema direita juvenil só ganharam fôlego em 2015, iniciando sua organização em 2014, não tendo influência nas manifestações de 2013. Aliás, o MBL tinha tentado se organizar por meio de uma página do Facebook, em 2013, mas logo foi abandonada. Foi apenas em 2014, e a com a candidatura de Paulo Batista, que a militância ultraliberal começou a ganhar alguma visibilidade no cenário político nacional. Nesse período de ascensão dos protestos, a primeira manifestação importante antipetista e que destilou valores de extrema direita ocorreu em 15 de março de 2015. A segunda ocorreu em 27 de agosto de 2016, quando da deposição de Dilma Rousseff. Há, portanto, uma leitura das redes juvenis ultraliberais, financiadas e apoiadas por *think tanks* e estruturas empresariais, que o momento da ofensiva política se descortinava a partir de 2014 e ganhou plena realização entre 2015 e 2016, no bojo da ofensiva da Operação Lava Jato.

Assim, 2013 não foi uma manobra da direita ou extrema direita brasileira. Foi uma articulação de agrupamentos à esquerda não petistas ou que mantinham reservas em relação às práticas políticas do governo Dilma Rousseff e prefeitos de grandes centros urbanos (como nas críticas da Juventude Nacional do PT à política de mobilidade urbana do então prefeito de São Paulo Fernando Haddad).

É possível sugerir que 2013 abriu as portas para uma ácida crítica ao governo de Dilma Rousseff. Mesmo assim, seria correto ampliar a análise para compreender os motivos para essa crítica ter se estabelecido ou por qual motivo não chegou a se tornar uma onda nas eleições de 2014, que garantiram a reeleição da então presidenta. E mais, qual teriam sido as causas para nenhum agrupamento de esquerda ter conseguido mobilizar massas populares na defesa de uma agenda progressista, dado que o PT havia vencido uma sequência inédita de quatro eleições para a Presidência da República?

<sup>4</sup> Detalhei as articulações empresariais que financiaram jovens de direita a partir de 2004 e como essa articulação teve pouca interferência nas manifestações de junho de 2013 em meu livro sobre a constituição do fascismo brasileiro no século XXI. Ver: RICCI, Rudá. *Fascismo brasileiro: e o Brasil gerou o seu ovo da serpente*. Curitiba: Kotter, 2022. p. 38-53.

A mobilização de 2013 foi uma expressão emocional de parte da juventude urbana brasileira que se plasmava numa miríade de organizações e pautas. Retomo a tese central deste artigo: a marca deste início de século XXI é a fragmentação organizativa e discursiva.

Possivelmente, estamos vivendo uma desmontagem das organizações de massa e das amplas identidades coletivas que se forjaram ao longo do século XX com base em um mundo do trabalho organizado sobre imensas plantas industriais.

O século XXI é o século da fragmentação e do extremo individualismo, sem grandes certezas quanto ao futuro; o século do esgotamento psíquico, como vem relatando e analisando Byung-Chul Han (2018).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 20,5 milhões de brasileiros estão em ocupações que podem ser feitas remotamente, representando 22,6% do total de ocupados do país. Já o Instituto Locomotiva revela que 20% da população adulta trabalha com aplicativo. Desse total, 16% têm os *apps* como única fonte de renda.<sup>5</sup>

Tal situação esfacela a identidade de uma categoria ou classe social. Antes, as condições de trabalho comuns levavam um trabalhador a se ver parceiro do seu companheiro de chão de fábrica (ou empresa ou fazenda). Agora, o individualismo tomou conta do seu projeto de futuro. Uma espécie de “salve-se quem puder” que leva ao desespero de acreditar no discurso empreendedor como se abrisse uma porta da esperança na sua frente, como um passe de mágica, sem necessidade de capital para investimento, aguardando apenas esforço pessoal e sorte.

A manifestação de 2013 parece ter sido a primeira expressão política desse fenômeno da desmontagem do processo civilizatório apoiado no mundo industrial e na urbanização, o lócus das multidões.

Marcos Nobre (2022) sugeriu que a esquerda perdeu uma enorme chance de se reconstruir e atualizar porque desconsiderou a novidade que as manifestações de 2013 trouxeram. Nada que não possa ser recuperado se formos cirúrgicos em nossas análises sobre as mudanças sociais em curso. Se formos sinceros e valorizarmos o espírito crítico.

A hipótese fácil, mas de impossível comprovação, que sugere que 2013 foi orquestrada pela extrema direita nega os rumos da conspiração financiada pelo alto empresariado carioca, paulista e gaúcho que esteve, inclusive, no interior dos governos lulistas no início do século XXI. Uma articulação empresarial que teve Jorge Gerdau como liderança desde 1986, quando articulou uma frente nacional para eleger deputados constituintes e impor sua agenda. Ampliou sua participação na década seguinte, quando inúmeros institutos – caso do Instituto Atlântico, liderado por Paulo Rabello de Castro – que passou a focar a captura do Estado e de fundos

<sup>5</sup> Ver: BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 20,5 milhões de trabalhadores estão em ocupações com potencial de trabalho remoto no Brasil. *IPEA*. [S. l.], 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13534-20-5-milhoes-de-trabalhadores-estao-em-ocupacoes-com-potencial-de-trabalho-remoto-no-brasil#:~:text=Estudo%20publicado%20pelo%20Instituto%20de,6%25%20do%20total%20de%20ocupados>. Acesso em: 28 dez. 2023.

públicos na apresentação de programas que se voltavam para áreas sociais, como a educação, e urbanização de regiões periféricas.

O século XXI foi o momento mais agudo dessas articulações empresariais. Desde 2004, financiaram jovens que se engajaram nas comunidades do Orkut, avançaram sobre a conquista de entidades estudantis universitárias, criaram eventos e seminários em universidades públicas e privadas para disseminar valores ultraliberais e aceleraram as tramas conspiratórias com a Operação Lava Jato. Este, sim, foi o mote para a onda extremista que assolou o Brasil a partir de 2015: a operação que mais tarde se revelaria um conluio entre parte do Judiciário – liderado pela figura de Sérgio Moro – e parte do Ministério Público — liderado por Deltan Martinazzo Dallagnol.

A extrema direita nunca esteve vinculada a 2013. O mais provável, como sugere Marcos Nobre (2022), é que a esquerda tenha perdido naquele ano uma grande oportunidade para se atualizar e se aproximar das ruas.

### Os impasses teóricos

Um dos impactos mais significativos das mobilizações similares às de 2013 no Brasil foi a referência teórica para analisar ações sociais.

Max Weber as classificou com base em um gradiente que vai da racionalidade na tomada de decisão (ações racionais por meio de objetivos a serem alcançados ou valores a serem disseminados) às modalidades de decisão emocional (ações orientadas por costumes ou afetos). Esse pêndulo de orientações para a ação coletiva foi explorado por muitos autores e correntes teóricas distintas, alguns encontrando determinações que não são conscientemente absorvidas pelos atores sociais (como em Marx, que explicita a complexidade da autoria das decisões grupais e de frações de classe em diversas obras, com destaque para o 18 Brumário de Luís Bonaparte) ou pelas identidades coletivas forjadas por intimidades construídas com tal intensidade que a consciência individual é subordinada à grupal (como em Émile Durkheim ao desenvolver o conceito de solidariedade mecânica).

Autores como Barrington Moore Jr. (1987) perceberam na quebra dos códigos morais de convivência social o estopim da revolta coletiva ou mesmo processos revolucionários.

O afeto e a razão se misturam e se alternam em ações sociais segundo os estudos clássicos da sociologia.

Mas no século XX se consolidou a convicção teórica que haveria uma tendência social em plasmar práticas coletivas em estruturas mais perenes. A intenção seria fortalecer identidades e propiciar estruturas organizativas que validassem o poder dos membros de uma ação coletiva. Organizações populares ou movimentos sociais ganharam, assim, o condão de plasmar ações coletivas, mesmo as mais irracionais num primeiro momento, em estruturas organizativas que



definiam formas de tomada de decisão e construção de pautas ou demonstração de força que possibilitavam negociar com instâncias de poder com alguma vantagem política.

Porém, no século XXI, tudo que parecia sólido se desmanchou no ar.

As identidades operárias se fragmentaram em ocupações de trabalho fluidas, frágeis e precárias, como o teletrabalho, o trabalho demandado por aplicativos de celular, o empreendedorismo solitário, a substituição das grandes plantas industriais ou locais de trabalho demarcados por ações sequenciais que envolviam centenas de trabalhadores na mesma condição por segmentação de funções organizadas em pequenos grupos ou células de trabalho. Mesmo em grandes plantas industriais, os agrupamentos por funções semiautônomas (células de produção ou subdepartamentalização da lógica *spin off* em que pequenas unidades de trabalho possuem comandos e regras de trabalho próprias) estilizaram as identidades coletivas.

A competição intrasetorial e a exigência pessoal de desempenho levaram à exaustão, à frustração diária e à solidão. Tal combinação dificulta o estabelecimento de confiança coletiva ampla porque os percursos profissionais e as condições de trabalho se alteram permanentemente. As buscas individuais pela sobrevivência ou pela ascensão social ganham uma dramaticidade diária como se cada dia fosse o último da sua existência ou o primeiro de uma nova fase da sua vida profissional.

As identidades amplas, coletivas, estilizam-se. E a própria identidade individual se transmuta em personas que se aproximam da dinâmica multifacetada dos avatares apresentados aos borbotões nas redes sociais. Bauman (2018) chegou a sugerir ao menos uma duplicidade na vida de cada indivíduo que se apresenta na Ágora do século XXI: aquele que vive fora das redes sociais e que não tem como se esconder porque é visível e sua opinião forma um rastro que revela coerência ou instabilidade pessoal; e aquele que se esconde no mundo *on-line* das redes sociais, apresentando-se com avatares que possibilitam que qualquer diferença de opinião ou incoerência de posturas ou sentimentos não sejam identificadas como da mesma pessoa.

Há autores que diferenciam as identidades verticais – aquelas em que os indivíduos compartilham características com seus pais – das identidades horizontais – que refletem genes recessivos, mutações aleatórias, valores ou preferências que um indivíduo não compartilha com seus progenitores (SOLOMON, 2013). Na prática, identidades se cruzam, se complementam e tornam a persona uma complexidade de intenções e sentimentos.

Assim, movimentos sociais mais estáveis passaram a competir gradativamente com mobilizações sociais efêmeras, tópicas e instáveis. Os movimentos sociais do século XX que consolidavam identidades coletivas deram lugar à provisoriade de multidões que saem às ruas formando não uma massa compacta, mas uma bricolagem sustentada pela polifonia. A energia e a revolta que atraem multidões não formam um amálgama de objetivos e intenções racionais.



Alguns autores denominaram essa provisoriade de mobilizações extemporâneas de “enxames”, como vimos anteriormente. O conceito de *swarming* nos estudos recentes sobre as mobilizações urbanas explosivas e provisórias sugere enxameamentos cívicos levando a grandes manifestações de massa conectadas e convocadas em questão de minutos. São forjadas por uma conectividade fluida e extremamente veloz, alimentadas por forte comoção grupal que compõem elos extremamente tênues entre si. Cada elo, ou agrupamento virtual, é formado por fidelidades que remontam ao conceito de solidariedade mecânica. As mobilizações de tipo enxameamento apresentam uma paisagem que aparentemente expõe uma multidão. Contudo, a lógica interna é de um mosaico construído por inúmeros grupos afetivos nos quais a maioria de seus componentes se conhece e se relaciona diariamente em grupos ou plataformas virtuais. Como todo enxame, não se sabe ao certo como surgem e por qual motivo se dispersam, mas o fenômeno é reconhecido e é esperado que se repita em algum momento futuro. Relaciona-se, portanto, com a noção de comunidade provisória, fortemente articulada com a identidade afetiva e com a convocação horizontalizada.

Essa engenharia peculiar de atração provisória de agrupamentos tão distintos parece improvável e, por esse mesmo motivo, são efêmeras. Assim, não se relacionam com o campo institucional e não formulam um projeto. Explicitam contrariedades, expõem demandas não articuladas entre si, não consolidam lideranças ou representações.

As teorias sociais do século XX dificilmente apresentam instrumentos conceituais e teóricos que possam dar conta dessa novidade de ação coletiva. Alguns teóricos contemporâneos citam a interseccionalidade, a sobreposição de múltiplas identidades presentes num mesmo indivíduo – culturais, grupais, sexuais, étnicas, de gênero, de território, religiosa etc. A interseccionalidade sugere uma complexidade de motivações, nem sempre convergentes, que fazem a decisão de um indivíduo ou coletivo ser resultado de inúmeras influências, referências e expectativas. O conceito também sugere “a articulação de eixos de poder e de discriminação que estruturalmente produzem opressão, destacando os eixos de racismo, patriarcado e a estrutura de classe” (CRENSHAW *apud* ASSIS, 2019).

Os autores que aprofundam o conceito de interseccionalidade descrevem “marcadores sociais” (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade) que segmentam lutas por direitos civis gerais em diversos subconjuntos ou intersecções de identidade. No caso específico das lutas feministas, a noção de “mulher única” ou pauta unificada se subdivide em questões cruzadas, como racismo e direitos das mulheres, mulheres negras lésbicas e direitos trabalhistas, e assim por diante. Há correntes distintas envolvidas com essa abordagem que vão da leitura estrutural – na qual as estruturas sociais condicionam diferenças e exclusões – à leitura construtivista – em que as relações de poder estabelecem diferenciações de opressão e exclusão em virtude do grau de organização e conquistas observadas.

A despeito das variantes pós-modernas que valorizam diferenciações estéticas (os marcadores passariam a envolver vestuário, linguagem e arranjos estéticos como diferenciação e identidades próprias) e situações de opressão definidas por diferenças biológicas (cor e sexo), excluindo as relações de exploração e contradições sociais que complexificam a dinâmica das lutas sociais, o conceito de interseccionalidade aponta para a compreensão de uma realidade social e política cada vez mais fracionada e segmentada.

Conceitos e modalidades organizativas totalizantes – como movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos – passam a ser tensionados por essa dinâmica polifônica que alimenta identidades cruzadas mobilizadas por pautas e demandas múltiplas.

A Sociologia vive um momento de ampliação e reconstrução de conceitos clássicos que orientam leituras que tornam essa paisagem social complexa num pano de fundo opaco, de difícil interpretação. Precisamos produzir um novo instrumental metodológico e conceitual que opere sobre ações e identidades provisórias e múltiplas, o que necessariamente relativiza a definição ou centralidade do campo institucional na vida social e política do século XXI.

Métodos de escuta, de natureza dialógica (como já se esboçou com as modalidades de pesquisa-ação ou pesquisa-participante), que capturem a formação de identidades móveis e em permanente comunicação entre subjetividades, parecem apontar para o necessário *aggiornamento* das Ciências Sociais.

A reorientação teórica, metodológica e conceitual foi a pedra de toque dos estudos sociológicos pós-1968, após mobilizações juvenis que colocaram em xeque formas e demandas sociais típicas do mundo do trabalho assalariado. A partir desse marco, estudos sobre as formas opressivas subjetivas e invisíveis passaram a ganhar relevância, assim como temas que gravitavam sobre o mundo cultural, das identidades contra-hegemônicas e das formas atomizadas de sociabilidade. O “século das multidões” urbanas dava lugar ao início das fragmentações e crises das autoridades e instâncias públicas.

As mobilizações de 2013 devem ser compreendidas também por esse desafio que nos ofereceram: a necessária inovação do arsenal sociológico.

Assim, 2013 expôs o século XXI ao Brasil pela primeira vez. Foram manifestações tão surpreendentes, sem lógica visível e sem legado ou projeto sustentado que acabaram por gerar desconfiança, insegurança e até rejeição.

O novo nem sempre é profícuo ou revolucionário, muitas vezes se apresentando como mero sintoma de uma mudança ainda em curso, encoberto ou encruado. Foi exatamente essa situação que vivenciamos dez anos atrás. Sabemos, hoje, o que denunciou, mas ainda não compreendemos a direção que apontou. Parte dessa dificuldade de interpretação ocorre em virtude do arcabouço teórico e conceitual que ainda persiste. O desafio é complexo, mas ainda parece que não nos demos conta da sua grandiosidade.

## Referências

- ASSIS, Dayane Conceição (org.). *Gênero, sexualidade e educação: interseccionalidades*. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BAUMAN, Zygmunt. *A individualidade numa época de incertezas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BURT, Ronald S. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. São Paulo: ANPOCS: Relume Dumará, 1995.
- HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LASNEAUX, Marcello Vieira. Massa e enxame: uma análise dos conceitos em Freud e Han. *Revista Filosófica São Boaventura*, [s. l.], v. 15, n. 1, jan./jun. 2021.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- RICCI, Rudá. *Fascismo brasileiro: e o Brasil gerou o seu ovo da serpente*. Curitiba: Kotter, 2022.
- RICCI, Rudá. *Nas ruas: 2013 – 10 anos depois*. Belo Horizonte: Letramento, 2023. *E-book*.
- RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- SOLOMON, Andrew. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- THOMASSEN, Lasse; PRENTOULIS, Marina. The legacy of the indignados. *Open Democracy*. [S. l.], 13 ago. 2013.